REFLEXÕES SOBRE A (DES)REGULAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: um caminho para a terceirização

Renan Baltazar dos Santos[1]

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo discutir como a lógica capitalista invadiu a educação superior e a transformou numa espécie de mercadoria, isentando o Estado de garantir o direito à educação e, além disso, aumentando o número de professores substitutos na educação superior pública, numa clara absorção de práticas gerencialistas do setor privado com o objetivo de enxugar os gastos. Nesse sentido, tem-se o crescimento de profissionais docentes contratados por meio de métodos cada vez mais parecidos com o setor privado, onde não há garantia de permanência, excesso de carga de trabalho e baixos salários, ou seja, precarização do trabalho. Assim, por meio de levantamento bibliográfico, um paralelo é traçado entre políticas públicas que fomentam o aumento de matriculas na educação superior privada e a subjetividade do trabalhador, enquanto o Estado se afasta cada vez mais da responsabilidade de garantir educação a todos e submete o profissional da docência a experiências que podem desencadear vivências de sofrimento e até mesmo adoecimento em virtude do trabalho.

Palavras-chave: Precarização. Educação superior. Trabalho docente.

REFLECTIONS ON THE (DE)REGULATION OF TEACHING WORK: a path to outsourcing

ABSTRACT

This article aims to discuss how the capitalist logic invaded higher education and turned it into a kind of commodity, exempting the State from guaranteeing the right to education and, in addition, increasing the number of substitute teachers in public higher education, in a clear absorption of managerial practices of the private sector in order to reduce expenses. In this sense, there is a growth of teaching professionals hired through methods that are increasingly similar to the private sector, where there is no guarantee of permanence, excessive workload and low wages, that is, precariousness of work. Starting from a bibliographical survey, a parallel is drawn between public policies that encourage the increase of enrollments in private higher education, while the State increasingly moves away from the responsibility of guaranteeing education to all and subjects the teaching professional to experiences which can trigger life experiences of suffering and even illness due to work.

Keywords: Precariousness. College education. Teaching work.

[1] Mestre em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: renan-29@hotmail.com

1 IINTRODUÇÃO

O fenômeno da precarização do trabalho é um processo amplo e abrangente que possui diversos efeitos, como ampliação da jornada, redução de benefícios e salários, cisão de categorias, aumento do número de acidentes de trabalho, maior rotatividade no emprego e prejuízos à saúde do trabalhador. Nesse sentido, é fundamental investigar como a precarização do trabalho perpassa ações políticas e se insere no dia a dia do trabalhador, especialmente o professor, que deve lançar mão de ferramentas materiais e imateriais para executar suas tarefas e precisa atender demandas da instituição, dos alunos e da sociedade. Dentro da categoria docente uma subcategoria é encontrada nas universidades públicas federais e estaduais, o professor substituto, que não possui vínculo efetivo com a instituição e está sempre sendo deslocado com o objetivo de suprir a carência do quadro de professores chamados de carreira, muitas vezes tendo que ministrar aulas que não são sua especialidade. O objetivo deste artigo é discutir criticamente como a lógica de transformação da educação numa mercadoria está invadindo cada vez mais o setor público, assim, verifica-se como os professores substitutos são a ferramenta ideal para enxugar os gastos púbicos nas universidades estaduais e federais e como tais processos repercutem na subjetividade do trabalhador, que se vê envolvido numa lógica voltada para a produtividade e que pode terminar em adoecimento.

2 MERCANTILIZAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

Numa economia ultraliberal, as fronteiras entre público e privado estão sendo anuladas e os modos de gestão estão cada vez mais parecidos, ou seja, o produtivismo presente no setor privado/mercantil invade a educação pública e tais processos são justificados sob o pretexto da democratização da educação. No entanto, tem-se o crescimento de uma educação superior de elite e alta qualificação para poucos, enquanto surge um sistema de massas e baixa qualificação para muitos (SGUIDDARDI, 2015). Gomes e Colares (2012) apontam que o capitalismo se voltou crescentemente para o setor educacional, visto como estratégico na legitimação da ordem, além de ser entendido como mais uma esfera que deve ser regulada pelas necessidades do mercado. Ainda de acordo com os autores supracitados, a educação foi impregnada pelos discursos empresariais baseados em termos de qualidade total.

Para Sarmento (2012), ser reconhecido como um país em que a qualidade da educação de seu povo seja referência internacional vem sendo prioridade no Brasil. Sarmento (2012) também destaca que democratizar o acesso à educação significa garantir acesso a todos e, na expectativa de democratização, as ações do governo acabaram por homogeneizar o processo educacional.

O processo de homogeneização se deu através da busca de garantias iguais de condições acesso através de políticas públicas focais de curto alcance, que não agem na raiz da problemática e também não preveem igualdade de condições de permanência e de sucesso no mercado de trabalho (SGUISSARDI, 2015).

Para Sguissardi (2015), a aplicação das políticas públicas focais, que atuam principalmente no financiamento da educação por meio de instituições de ensino superior privadas, levou a educação superior no Brasil a uma transformação de um direito ou serviço público em serviço comercial ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do subsistema.

Sguissardi (2015, p. 869) verifica

> a ausência de um planejamento estratégico ou de um simples plano nacional de graduação a partir de adequado diagnóstico da realidade; plano que pudesse prever a expansão, com participação majoritária de matrículas no setor público e moderado crescimento no setor privado. Ou, ao menos, que, por priorizar regiões e sub-regiões, tipo de instituição, cursos em determinadas áreas do conhecimento, garantisse, por um lado, os 40% de matrículas em instituições de educação superior (IES) públicas, previstos como meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, e, por outro, freasse a expansão da educação superior em IES privado-mercantis de baixa qualidade.

Logo, nota-se a escassez de medidas voltadas para aumentar o número de matrículas no setor público e o intenso incentivo ao crescimento do setor privado, cada dia mais guiado por práticas mercantis, equivalendo o acesso à educação a compra de um serviço, produto comercial ou mercadoria.

Todos esses ajustes ganham força num contexto neoliberal. Na economia, inicia-se por meio da desregulação e flexibilização das relações e contratos de trabalho, retirada do controle estatal sobre empresas e serviços para explorados pelo capital privado. Atualmente, cresce a expectativa em torno do cenário neoliberal, uma vez que os anos 2017 e 2018 foram marcados por uma série de reformas que instituem desregulação, tudo isso representa um forte esforço do governo em deixar

vários direitos, inclusive o direito à educação, nas mãos de grupos de investimentos que priorizam somente o lucro.

Harvey (2008) inicia uma discussão sobre o neoliberalismo trazendo o conceito que cerca tal fenômeno, para o autor, trata-se de uma teoria das práticas político-econômicas que possui como pilar a ideia de que o bem-estar pode ser melhor promovido ao liberar as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura marcada por sólidos direito à propriedade privada, livre comércios e livres mercados, cabendo ao Estado somente o papel de garantir a qualidade e integridade do dinheiro e as estruturas militares e de defesa.

A partir desse conceito, o autor acima nos leva através da narrativa de vários países em seus processos de neoliberalização, indo desde suaves estratégias para mobilizar uma massa a apoiar os ideais neoliberais até o financiamento de golpes militares na América Latina, tais processos de neoliberalização envolveram: destruição criativa, destruição das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, dos modos de vida e dos pensamentos. Diante dessas características, é possível traçar um paralelo com o atual cenário brasileiro, onde temos disciplinas que estimulam o pensamento crítico sendo retiradas do currículo obrigatório das escolas e uma mobilização enorme do chefe do executivo para diminuir direitos trabalhistas.

Nesse sentido, nota-se o Brasil cada vez mais tomado pelas proposições neoliberais com o objetivo de sair da grave recessão que vem se agravando com a crise política e agora social, apesar de tardia, Harvey (2008) também sinaliza que o neoliberalismo não se proliferou uniformemente no mundo, pelo contrário, foi e é marcado por contradições geográficas e temporais.

A implementação dessas ideias foi possível por meio da defesa de dois principais ideais políticos, a defesa da dignidade humana e da liberdade individual. É possível supor que esses princípios estejam alinhados ao grande temor dos neoliberais diante do fascismo, comunismo, socialismo e regimes populistas radicais, pois todos eles têm em comum a centralização do poder na mão de uma instituição que controla as várias esferas de uma nação, inclusive a econômica, não a única, mas a grande preocupação da teoria neoliberal. Aqui, podemos novamente traçar um

paralelo com questões do contexto atual brasileiro, uma vez que o novo chefe do executivo a partir de 2019, Jair Bolsonaro, foi protagonista na insurgência de um movimento contra o comunismo que supostamente estava tomando conta do país e que, inevitavelmente, se tornaria uma nova Venezuela. Apesar de estar completamente enganado e desconhecer inclusive o que é um regime comunista, o candidato ascendeu nas pesquisas e conseguiu conquistar milhões de votos que o levaram ao Palácio do Planalto. Cabe então aqui a reflexão acerca da intencionalidade de Jair Bolsonaro, sua investida escancara sua ignorância e incapacidade ou pode ser caracterizada como estratégia política? Por meio de suas declarações, tivemos a prévia de que seu governo seria marcado por desregulação, privatizações e políticas que visam tirar alguns direitos da classe trabalhadora, logo, um governo marcado por princípios neoliberais; e isso vem se confirmando no terceiro ano de mandato do presidente.

Cabe aqui um alerta, ao descrever outras características do neoliberalismo, Harvey (2008) aponta que o aumento da desigualdade social é persistente e esteve presente na grande maioria dos países que sofreram neoliberalização, afinal, tal teoria político-econômica também foi conceituada como um projeto voltado para restaurar o poder de classe, ou seja, as elites tentando regular suas perdas e ascender mais ainda. Sendo assim, é de esperar que nos próximos anos as minorias sofram mais com as perdas de direitos e os mais ricos aumentem sua fatia do bolo preparado com injustiça social. Desse modo, o neoliberalismo se traduz numa ferramenta impiedosa do capitalismo utilizada principalmente para tirar não só direitos, mas também a esperança de uma vida digna e rica de sentido.

O reflexo dessas políticas neoliberais são diversos e atingem o mundo do trabalho, demandando adaptação dos trabalhadores, ainda que seja a situações de insegurança e os levem a experiências de sofrimento ou, em casos mais graves, adoecimento.

Nesse contexto de desregulação e desmonte de movimentos reivindicatórios, modos de gestão começam a surgir como a solução para alavancar a produtividade. O Toyotismo ou modelo japonês já é encontrado nos mais diversos setores, não apenas na fabricação de automóveis onde surgiu. Os princípios toyotista dão ênfase na produção por demanda e a especialização agora é um processo comum, onde todos os trabalhadores, ainda que executem apenas uma parte da operação, devem

conhecer o processo produtivo para substituir qualquer outro sem gerar perda na produção, nomeada agora de produção flexível e exigindo que os trabalhadores absorvam essas características. Para Bernardo e Nogueira (2011), além de reorganizar o processo de trabalho, esse modelo flexível tem como característica a ampliação da terceirização de serviços, logo, pode-se apontar que o a flexibilização é mais uma ferramenta de gestão que impacta na vida do trabalhador, pois também opera na onda crescente de contratos precarizados.

Assim, Jacques (2006, p. 94) aponta que

> As transformações no cenário mundial e suas expressões no mundo do trabalho, tais como desemprego e subemprego, processos organizacionais internos de reestruturação produtiva e introdução de novas formas de gestão, enxugamento do quadro de funcionários, inovações tecnológicas frequentes, são reconhecidas como fatores que vêm contribuindo para o crescimento do sofrimento mental e dos distúrbios psicológicos de modo geral.

É importante ressaltar que a precarização não diz respeito somente a questões materiais ou objetivas. Nesse sentido, temos a definição de precariedade subjetiva conceituado por Linhart (2009, p. 2) como

> [...] o sentimento de não estar 'em casa' no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e de precisar permanentemente desenvolver esforços para se adaptar, para cumprir os objetivos fixados, para não se arriscar, nem fisicamente, nem moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter recurso em caso de problemas graves de trabalho, nem do lado dos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis), nem do lado dos coletivos de trabalho que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e o estímulo à concorrência entre eles. É, assim, o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de dominar mal seu trabalho, ao sentimento de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. (...) Tem-se, assim, frequentemente, o medo, a ansiedade, o sentimento de insegurança que é chamado comodamente de estresse"

Ainda segundo a autora acima, a precariedade subjetiva constitui a base do sofrimento presente no trabalho e pode ser encontrada na vivência dos trabalhadores submissos a trabalhos muito prescritos, onde não existe possibilidade de negociação entre o sujeito e a organização do trabalho.

Todos esses processos estão ocorrendo dentro de um contexto de forte desregulação, mas que envolvem todos os tecidos sociais. Kumar (1997), ao caracterizar a sociedade contemporânea, traz primeiramente uma visão muito cética e profunda acerca da chamada Sociedade da Informação. O autor inicia a discussão

trazendo um panorama histórico para mostrar a evolução da sociedade agrária para a industrial e da pós-industrial para a sociedade da informação.

Tem-se então a discussão de como o maior insumo das empresas passa a ser a informação, pois agora o conhecimento, e não o trabalho, é a origem do valor, e que os profissionais que utilizam tal ferramenta começam a ganhar espaço no mercado de trabalho. Nesse ponto do escrito, surge o confronto entre geração de mais empregos no ramo da informação e a extinção de postos que eram ocupados por trabalhadores, mas que agora foram substituídos por computadores. Certamente os computadores contribuíram para a perda de um número considerável de empregos formais, podendo inclusive representar aumento da taxa de lucro dos empresários, que agora passavam a lidar com uma ferramenta que realizava tarefas de vários empregados num curto espaço de tempo.

A partir daí a Sociedade da Informação passa a ser alvo de críticas, sendo muitas vezes caracterizada como utópica ou apenas um refinamento do modo de gestão taylorista, já que de acordo com Kumar (1997, p. 72) o

> desenvolvimento do Estado e da sociedade neste século pode, por conseguinte, ser considerado como aplicação dos princípios da administração científica. A informação, o conhecimento e a ciência — incluindo a ciência social — são, axiomaticamente, os requisitos fundamentais desse processo. Proporcionam os meios necessários para coordenar e controlar as operações cada vez mais complexas da economia e da política.

Sendo assim, destaca-se que a denominada Sociedade da Informação não representou nenhuma mudança na organização da sociedade e nem inseriu um novo paradigma, uma vez que a extinção de postos de trabalho também pode ser explicada através das perspectivas de acumulação flexível.

Kumar (1997) ainda discorre acerca do que viria após o Fordismo, nos levando a pensar sobre a emergência de um novo paradigma de acumulação. Diante de diversas investidas, observa-se o teor de conselho do autor no sentido de caracterizar qualquer período considerado como pós-fordista, esbarrando na aplicação do termo pós-modernidade, como o período pós-fordista é encarado por outros teóricos. Sendo assim, tem-se uma divergência na forma de definição da sociedade atual, no entanto, as diferentes definições possuem premissas compartilhadas, entre elas a centralidade do trabalho, seja no processo saúde-adoecimento ou na realização do ser social.

Considerando então todas as transformações que o fenômeno terceirização trouxe para as relações de trabalho, alterando também relações sindicais, sociais e políticas, tem-se um esforço para esconder os reais efeitos desta modalidade de contratação, que são: ampliação da jornada, redução de benefícios e salários, cisão de categorias, aumento do número de acidentes de trabalho, maior rotatividade no emprego e prejuízos à saúde do trabalhador, ou seja, a precarização do trabalho (Rezende, 2016).

Sendo assim, a precarização pode ser entendia como um processo mais amplo e abrangente e consiste em um regime de cunho político, no qual o trabalhador se vê obrigado a se assujeitar às mais diversas práticas de exploração, submissão e ausência de direitos fundamentais (Druck, 2011; Antunes, 2011). Ainda de acordo com Druck (2011), esse processo não se deve exclusivamente à mundialização do capital, pois possui características de estratégia política e deve ser compreendido como tal, permitindo uma visão crítica a respeito do fenômeno e mobilizando ações sociais para o enfrentamento das práticas de precarização.

3 O CARGO DE PROFESSOR SUBSTITUTO COMO VIA DE TERCEIRIZAÇÃO

Rates e Léda (2018) apontam que o professor substituto começou a surgir nas universidades públicas na década de 90, devido aos primeiros processos de privatização implementados pelo então presidente Collor e continuadas por FHC, tal política previa a limitação de concursos públicos para a carreira docente em universidades federais e, para garantir a continuidade dos serviços, inicia-se a contratação dos chamados professores substitutos.

Sabe-se que tal modalidade de vínculo gera menos despesas para a instituição, sendo assim, a onda e professores substitutos cresceu e atingiu as universidades cada vez mais. Nas palavras de Kohler (2006) as vantagens financeiras estão levando a uma política de substituição dos professores efetivos por professores substitutos. Assim, entende-se o governo dispensa um terceiro agente na relação de emprego, mas se beneficia do vínculo de trabalho frágil, levando o contrato de professor substituto a uma espécie de terceirização da educação.

Os professores substitutos experimentam a insegurança oriunda de um contrato precário, além do isolamento causado excesso de trabalho ou acumulação

de empregos, impedindo a convivência e a troca de experiências com colegas (RATES e LEDA, 2018).

Tem-se então a configuração de uma contradição, pois as instituições de ensino superior sempre tiveram papel fundamental para a consolidação do capitalismo, seja perpetuando e legitimando suas práticas, construindo conhecimento e desenvolvendo tecnologias para ampliação do capital e exploração cada vez mais científica da força de trabalho ou formando mão de obra que garanta à máquina capitalista bom funcionamento (MANCEBO, 2007)

Apesar de contribuir com a perpetuação e intensificação dos modos de produção capitalista, a autora acima destaca que

> as instituições de ensino superior são "convidadas" não só a se adaptar às novas composições trabalhistas, como também ajustar seu produto às exigências mais recentes do capital. Assim, o cotidiano da universidade e a conformação das atividades docentes se veem duplamente atingidos pela organização produtiva emergente: por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho com as características citadas em parte anterior desse texto e onde sua eficiência e produtividade são objetivadas em índices; por outro lado, o professor é produtor das mercadorias "força de trabalho competente" e "tecnologia e conhecimento científico", fundamentais na dinâmica do novo funcionamento sócio produtivo (MANCEBO, 2007, p. 77)

Sendo assim, as instituições de ensino superior estão envoltas nas garras do capitalismo e vítimas de próprio avanço técnico-científico. Inclusive, Harvey (2008), ao explicar a difusão das práticas neoliberais, aponta que universidades em Chicago serviram de laboratório para vários estudantes da América Latina que viriam a ocupar cargos ligados à política econômica. Percebe-se então a importância de garantir às universidades a possibilidade de se tornar um espaço de transformação do contexto atual, indo contra formas de precarização e reprodução de modelos de produção que reduzem o trabalhador a uma simples ferramenta.

4 CONCLUSÃO

A temática precarização é um fenômeno que precisa ser discutido em todos os ambientes, pois ainda é algo que suscita dúvidas devido ao engodo de produtividade e geração de empregos, tendo como produto de tal discurso a reprodução de práticas puramente voltadas para benefício do empresariado e desmonte cada vez mais sutil dos diretos do trabalhador. No mesmo contexto, políticas que, formuladas apenas com o objetivo de aumentar quantitativo de matrículas, contribuem para a transformação

da educação de um direito em uma mercadoria, estão relacionadas com a precarização do trabalho do professor, objetiva e subjetivamente. Tem-se mais uma vez o Estado agindo de forma a enxugar os gastos públicos, seja transferindo uma responsabilidade para o setor privado ou inundando as universidades públicas de professionais da docência com contratos precários e cada vez mais exposto ao sofrimento, perda mobilização subjetiva e, por vezes, adoecimento.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. (2011). **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?.Serviço Social & Sociedade, (107), 405-419.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; NOGUEIRA, Francisco Ronald Capoulade; BULL, Sandra. **Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 83-93, 2011.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno Crh**, v. 24, p. 37-57, 2011.

GOMES. Marco Antonio de Oliveira. COLARES. Maria Lília Imbiriba Sousa. **A educação em tempos de neoliberalismo:** dilemas e possibilidades. Paraná: Maringá, Acta Scientiarum. Education. Vol. 34. n. 2, pg. 281-290,Jul/dez., 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Loyola, 2008.

JACQUES, M. G. C. (2006). **Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência**. Revista Boletim da Saúde. 20(1), 93-105.

Koehler, S. E. (2006). **A trajetória institucional/docente do professor substituto da UFSM**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

KUMAR, K**. Da Sociedade Pós-industrial à Pós-moderna - Novas teorias sobre o mundo contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LINHART, Danièle. **Modernisation et precarisation de la vie au travail**. Papeles del CEIC, n. 43, CEIC (Centro de Estúdios sobre la Identidad Colectiva), Universidad del País Vasco, 2009.

RATES, Alessandra Cristine Filgueiras; LÉDA, Denise Bessa. **"PAU PRA TODA OBRA": AS VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**. Trabalho (En) Cena, v. 3, n. 3, p. 34-57, 2018.

SARMENTO, Diva Chaves. Educação: federalismo e qualidade. (In) SARMENTO, Diva Chaves. **Educação e qualidade: Sistemas Educacionais em construção.** Minas Gerais, Juiz de Fora, Editora da UFRJ, 2012. P. 9 – 38.

SGUISSARDI Valdemar. **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO MERCANTIL?** Edu. E Sociedade, Campinas S. P.v. 36, nº 133 p. 867 – 889, 0ut.-dez 2015.